

pacidade reflexiva e de expressão



O professor Leandro Tessler, atual coordenador da Comvest: preocupação com a dificuldade de logística para corrigir a quantidade crescente de provas.



Alunos durante prova dissertativa do vestibular da Unicamp: 742.347 candidatos inscritos nesses 20 anos

Hora de avaliar o passado e pensar o vestibular do futuro

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

Na próxima semana, a Unicamp abrirá as inscrições para o seu vestibular 2007. Será o vigésimo desde a separação da Fuvest e criação do modelo próprio, idealizado em 1986. Para comemorar a data, a Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) promove no dia 28 de agosto um evento que vai reunir os coordenadores atuais e das gestões passadas para um debate sobre os avanços e as perspectivas futuras. O evento será realizado no Centro de Convenções da Unicamp, em Campinas, das 14hs às 17h30 e contará com a participação do escritor e educador Rubem Alves, professor emérito da universidade e um dos idealizadores do Vestibular Nacional Unicamp. Para fazer um balanço sobre estes vinte anos, o *Jornal da Unicamp* ouviu o atual coordenador da Comvest, professor Leandro Tessler.

Jornal da Unicamp – Qual o saldo destes vinte anos?

Leandro Tessler – Muito positivo. O vestibular da Unicamp é sem dúvida uma referência nacional, não só quanto à maneira como selecionamos os estudantes mas também no que diz respeito ao seu impacto no ensino médio. No Brasil inteiro, o ensino médio passou a levar em conta o que fazemos aqui. Se você olhar a maneira como as escolas estão ensinando os conteúdos mais complexos, vai perceber que tem muito a cara do nosso vestibular. Essa abordagem interdisciplinar, a idéia de resolver problemas, a idéia de ler e escrever, são aspectos que vêm aumentando muito no ensino médio em consequência da aborda-

gem que damos ao nosso vestibular.

JU – Quando o vestibular da Unicamp foi instituído, em 1986, esse impacto foi bastante notório. Passados vinte anos, o senhor acha que esse quadro ainda permanece?

Tessler – Permanece porque isso transcende ao objetivo de entrar na universidade. A Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp, apesar de não oferecer nenhum curso, criou uma metodologia para aferição do conhecimento. Com isso, o candidato que está preparado para o vestibular da Unicamp está preparado para muito mais que um mero processo seletivo.

JU – A redação sempre foi uma prova com peso importante no vestibular da Unicamp. Isso deve continuar?

Tessler – A leitura e a escrita são dois aspectos que sempre serão privilegiados no vestibular da Unicamp. São dois aspectos importantes no perfil do aluno que nós queremos. A redação vale metade da primeira fase. Ela é fundamental na passagem do candidato da primeira para a segunda fase. Por isso ela é tratada com tanta atenção. Ao treinar alguém para essa prova, você está ensinando alguém a ler, entender e escrever.

JU – Há dois anos decidiu-se que só teriam a redação corrigida aqueles candidatos que atingissem uma pontuação mínima nas demais questões em função do curso pretendido. Com isso, reduziu-se pela metade o número de redações a serem corrigidas, o que solucionou um sério problema de logística. Para os próximos vestibulares há alguma outra mudança em estudo?

Tessler – Nos preocupa muito o próprio modelo atual. Por quanto tempo ainda conseguiremos fugir da múltipla escolha? Assim como no caso da redação, estamos fazendo o possível para manter o modelo dissertativo. Mas não é segredo para ninguém que isso não poderá ser mantido indefinidamente. São cinquenta mil provas. Há uma dificuldade de logística. Imaginemos que haja cem mil candidatos. Teríamos de corrigir duas vezes as doze questões de cada um deles, sem que um corretor saiba a nota dada

pelo outro. Tudo isso garantindo o mesmo critério de correção da primeira à última prova. Se você aumenta a banca, você perde homogeneidade. Se você aumenta o tempo de correção, você também perde homogeneidade. Então, há limitações. Uma subcomissão da Câmara Deliberativa está incumbida de rever essas coisas e a própria distribuição curricular do vestibular. Nosso vestibular até hoje funciona com uma distribuição orientada por uma resolução do Conselho Federal de Educação de 1989. Muita coisa mudou de lá para cá. Por exemplo, recentemente foi aprovado o ensino obrigatório de sociologia e filosofia no ensino médio. Estas disciplinas não são consideradas explicitamente no vestibular. Será que não é hora de olhar para novas formas de aferir o perfil do candidato? Essa subcomissão está estudando.

JU – Falando no perfil do candidato, qual a principal mudança que o senhor nota em relação a este aspecto ao longo destes vinte anos?

Tessler – Em primeiro lugar, o vestibular está crescendo muito. E a diversidade é muito grande. Mas a minha impressão é que, infelizmente, os candidatos estão lendo menos. As redações estão mais superficiais do que no passado. As coisas tendem a ser mais imediatas. Isso tanto de quem vem da escola pública quanto de quem vem da escola particular. Mas não dá para botar a culpa nos estudantes. O candidato de hoje lê com menos profundidade mas em compensação tem maior capacidade de absorver coisas de diferentes fontes. Temos de aproveitar isso a nosso favor.

JU – Essa questão da leitura superficial seria consequência da disseminação da Internet?

Tessler – Não posso afirmar nada sobre isso, mas muito provavelmente uma coisa estaria ligada a outra. A Internet virou uma forma de informação. Isso é bom, mas também há problemas porque o silício aceita tudo. Há muitas informações que não são fidedignas nem aprofundadas. Mesmo assim, a Internet é uma fonte importante para os nossos candidatos. Não é à toa que o nosso processo de inscrição é feito exclusivamente pela Internet.

JU – Mudando um pouco o foco da conversa, o projeto de lei 73/99, em tramitação no Congresso, prevê o sistema de cotas. Se o projeto passar, pelo menos nas universidades federais 50% das vagas serão reservadas a egressos de escolas públicas e, entre essas vagas, será garantida uma proporção igual àquela obtida no último censo do IBGE no Estado para pretos, pardos e indígenas. Qual a sua opinião sobre esse tema?

Tessler – É uma coisa muito complicada. No Brasil, infelizmente, por um problema político, o sistema de cotas passou a ser confundido com programa de ação afirmativa. Você sabe que o vestibular da Unicamp foi o primeiro do Brasil a ter um programa de ação afirmativa sem cotas, o PAAIS (Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social). Mesmo assim, até hoje as pessoas se referem ao PAAIS como o “sistema de cotas da Unicamp”. As pessoas confundem as duas coisas. Mas, se essa lei passar, em primeiro lugar, ela não se aplicará à Unicamp porque estamos vinculados ao Conselho Estadual de Educação. Mas nada impede que alguém faça uma lei parecida no estado de São Paulo. Acho que o projeto de lei tem problemas graves do ponto de vista da autonomia universitária. A Constituição Federal diz que as universidades devem ter autonomia para selecionar seus estudantes. Acho que o componente étnico é muito importante na sociedade brasileira, mas é preciso que a própria sociedade se dê conta do risco que isso traz. Impor cotas sociais ou étnicas como a única possibilidade de ação afirmativa é uma solução rápida, fácil e potencialmente desastrosa para o sistema universitário brasileiro. Mas não faz sentido você dizer que o sistema de cotas colocará em risco o sistema universitário, como de fato coloca, se você não tem nenhuma proposta alternativa. Ou seja, manter as coisas como estão também não é uma boa solução. Tem de ter um outro caminho.

JU – O modelo da Unicamp seria esse caminho?

Tessler – É uma possível alternativa, mas é preciso preservar a autonomia universitária. O modelo da Unicamp é bom para a Unicamp mas pode não ser bom para todas as univer-

sidades. Acho que ele tem vantagens porque preserva a avaliação de mérito. Nada substitui a avaliação de mérito. Pessoalmente, acho que esse projeto de lei não passa. É muito polêmico. Mas ainda que ele passe, é importante termos universidades federais e estaduais com programas de ação afirmativa.

JU – No início desse debate, os ânimos estavam inflamados. O senhor acha que a sociedade já atingiu o grau de maturidade necessário para encontrar uma saída de consenso?

Tessler – Infelizmente, os ânimos continuam inflamados. Há algum tempo atrás fui vaiado solenemente num encontro em Brasília, organizado pelo MEC para apresentar o funcionamento do sistema de cotas. Lideranças importantes do movimento negro tentaram desmerecer o modelo da Unicamp sem conhecê-lo, só porque o nosso modelo não prevê cotas. O tom ainda está muito emocional. Os dois manifestos encaminhados recentemente ao Congresso, um contrário e um favorável à aprovação do projeto de lei nº 73/99, estão cheios de colocações capciosas que não contribuem para que o debate avance. Fiquei muito satisfeito com a *Folha de São Paulo*, que num editorial (publicado em 14 de agosto) reconsiderou sua atitude até então contrária a programas de ação afirmativa e propôs que programas nos moldes do PAAIS assumam a proa da discussão, desde que renunciem ao viés racial. Isso é importante por tratar-se de um programa que não é de cotas, mas que reconhece a necessidade de ação afirmativa, reconhece a diversidade étnica, e que deu certo.

JU – Como o senhor avalia a postura do governo federal nessa discussão?

Tessler – Tem? (postura)

JU – Isso já é uma avaliação.

Tessler – A postura do governo federal muda ao sabor do vento. Começou com colocações muito fortes a favor das cotas. Ao mesmo tempo, membros do MEC ficaram impressionados com o modelo da Unicamp, a ponto de citá-lo como algo fundamental para o futuro da educação no Brasil. Já existem bom sinais. Uma equipe da Secad, do MEC, está trabalhando aqui na Comvest para fazer uma avaliação do PAAIS. Ficamos orgulhosos por termos sido lembrados e os recebemos de braços abertos. Oferecemos uma sala, disponibilizamos Internet, franqueamos os arquivos. O objetivo deles é avaliar as diferentes experiências para inclusão de afrodescendentes nas universidades.

JU – Ena sua avaliação, o que mostram os resultados do PAAIS?

Tessler – Tem o fato de o programa estar baseado em três valores fundamentais: autonomia universitária, mérito acadêmico e inclusão social. O programa combina muito bem estes três ingredientes. Outro aspecto importante: o programa não tem um tribunal racial. Ninguém vai checar se a pessoa que se auto-declarou preto, pardo ou indígena realmente aparenta os estereótipos associados a estas etnias. Nós acreditamos na auto-declaração. O PAAIS não renunciou ao viés étnico-racial, mas combinou um bônus de pontos para egressos de escola pública com um bônus extra para egressos de escolas públicas que se auto-declararam pretos, pardos ou indígenas. O PAAIS aumenta muito as chances de aprovação dos seus beneficiados sem reservar vaga para ninguém. Os resultados do PAAIS em dois anos de existência foram muito positivos. O número de egressos de escolas públicas matriculados na Unicamp aumentou 22%. O número de auto-declarados pretos, pardos e indígenas aumentou 31%. Em 31 dos 56 cursos, os beneficiados pelo PAAIS apresentam rendimento acadêmico superior ao dos demais estudantes após um ano na universidade. Em 53 cursos (95%), seu desempenho foi melhor do que o mostrado no vestibular em relação aos demais, validando as conclusões do estudo de 2003.